MESA 12 - Lenguaje, Deseo, Cultura. Perspectivas estructuralistas y posestructuralistas

**O que está de fora**: pós-estruturalismo, marginalidade e a emergência do conceito de interseccionalidade no feminismo acadêmico norte-americano da década de 1980.

Laura Luedy

Resumo: O ideário, a formação material e a prática de boa parte dos movimentos feministas ao redor do globo têm, nos últimos anos, recebido forte impulso de reconfiguração graças a que se tem considerado, mais detida e frequentemente, outros recortes analíticos ao lado do de gênero e/ou do de sexo – e isso de uma maneira não meramente aditiva ou multiplicatória. Expondo os resultados de um mapeamento parcial da emergência de certo conceito que é caudatário desse debate e que se torna *hit concept* (DORLIN, 2012) especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000 – a saber, o conceito de *interseccionalidade* (CRENSHAW, 1989) –, nos pomos em condições não só de evidenciar qual é seu conteúdo proposicional e quais são as consequência de seu uso específico, mas também de, trazendo à luz a noções alternativas que se permitem entrever nas margens desse debate profundamente influenciado pelo pós-estruturalismo (via Judith Butler, Donna Haraway, Teresa de Lauretis, dentre outras) contribuir para os efeitos que o conceito vem tendo em sua interpelação crítico às políticas e epistemologias da identidade e da diferença que deram sustentação, fôlego e, ao mesmo tempo, limite, a muitas das lutas e conquistas do movimento feminista até então.[[1]](#footnote-0)

**Introdução – deslocamentos de análise**

Vejamos alguns dados de certa pesquisa a respeito da renda média no Brasil no ano de 2014. Segundo ela, é possível verificar o seguinte hiato entre a renda média de homens (R$ 1.493,70), de um lado, e a renda média de mulheres (R$ 912,40) de outro (IPEA, 2014).

Se a análise vem a considerar outras qualidades discrimináveis na mesma população de pesquisa – por exemplo, um recorte de “cor/raça” –, pode-se destacar que a média de renda da população se distribui descendentemente de acordo com essa ordem: para homens brancos ela é de R$1.983,00, contra R$1.179,90 para mulheres brancas, R$1.104,30 para homens negros e R$675,2 para mulheres negras (id. ibid.).

Tratada desta maneira a relação diferencial entre esses recortes da população, talvez se deixe formar a impressão de que se trata, neste caso, de um problema solucionável por uma operação meramente aditiva ou multiplicatória de variáveis, do tipo: tal ou qual sujeito é duplamente oprimido etc. A mesma questão pode ser, porém, abordada de outra maneira que evidencia ora a parcialidade, ora a insuficiência, de soluções dessa tipo.

Consideremos, por exemplo, o que dizem Angela Davis e Patricia Hill-Collins a respeito da distinção que há entre a relação que mulheres brancas burguesas, de um lado, e mulheres trabalhadoras, negras ou não, de outro, têm com aquilo que comumente se aponta como sendo atividades da esfera privada ou doméstica.

Ambas as autoras chamam atenção para que as demandas de movimentos de mulheres classistas e negros nos EUA envolveram muito mais raramente do que o (até então) *mainstream* do feminismo o recusa da vida doméstica, da responsabilização pelas tarefas reprodutivas, e da aliança política e pessoal com homens. Isso seria, a seu ver, consequência, de um lado, da relação incontornável que mulheres trabalhadoras ‘livres’ (brancas ou negras), e que mulheres em situação de escravidão (quase sempre negras), tiveram e têm com o trabalho fora de casa – relação essa que frequentemente lhes limita as possibilidades de experimentar a domesticidade, a privacidade e o trabalho reprodutivo nos termos hegemonicamente valorizados, como perfeitas donas de casa etc. –; e, de outro lado, isso seria consequência do fato que certos homens com que estabelecem vínculos de sociabilidade têm relações de poder com elas que não se deixam resumir nem completa nem, às vezes, tendencialmente, como unilaterais (COLLINS, 2000: 47, 55; DAVIS, [1981] 1983: 386-387).[[2]](#footnote-1)

Isso poderia explicar, ao ver das autoras, que apesar de uma tradição feminista que aprendeu a ver com maus olhos a opção de mulheres pelo trabalho doméstico e reprodutivo, certas ativistas negras, como, por exemplo, Elsa Barkley Brown, tenham podido reconhecer que “a decisão de sua mãe [, mulher negra de alto nível educacional,] de ‘ser uma esposa e mãe em primeiro lugar num mundo que definia a mulher negras de tantos outros jeitos (...) era um ato de resistência’ (...)” (BROWN apud. COLLINS, 2000: 54-55).

Esse segundo exemplo mostra com maior nitidez que diferenças complexas são produzidas quando se opera um deslocamento de análise tal como o de se considerar, ao lado das marcações de gênero e/ou do de sexo, outras que não parecem poder ser esgotadas por estas. A percepção desses efeitos complexos tem sido uma das grandes responsáveis pelo atual impulso de reconfiguração da prática feminista e da institucionalidade feminista em distintas localidades do mundo, mais ou menos afinadas com a hegemonia euro-americana dos debates dessa tradição.

Em ambos os exemplos que vimos, a unidade da categoria mulher e a unidade das demandas que lhe são pertinentes são posta à prova graças à verificação da insuficiência de uma universalidade normativa histórica para subsumir a singularidade das experiências a que ela se refere (BIROLI, 2014: 36). Especialmente diante de nosso exemplo informado por Davis e Collins, o que é sugerido é que, talvez, nenhuma das experiências a que nos referimos aqui a partir de um recuso aos mesmos termos é tão equivalente uma à outra quanto nossa escolha narrativa insinua; e paira, então, a dúvida quanto a se de fato, por exemplo, a domesticidade da mulher negra é tão congruente com a domesticidade da mulher branca de modo a merecer que nos refiramos a elas pelo mesmo nome. Não é certo, porém, que esta seja invariavelmente a resposta mais adequada e que o estabelecimento de comparações e o reconhecimento de continuidas é, eventualmente, útil para pensar e fazer algo a partir do que se tem.

Vemo-nos, então, em situação de ecoar certo incômodo de Kimberlé Crenshaw: parece que se tem de dizer, por exemplo, que mulheres negras são iguais às mulheres brancas ou aos homens negros e que são prejudicadas por serem tratadas diferentemente, ou, então, que elas são diferentes deles e que são prejudicadas por serem tratadas do mesmo jeito – não se podendo dizer as duas coisas, quando nem uma nem outra opção são suficientes (CRENSHAW, 1989: 148-149).

Diante dos problemas que são suscitados assim, há quem pense que não seja possível encontrar solução dentro dos parâmetros da política e da teorização conforme essas se apresentam historicamente.[[3]](#footnote-2) Há, também, autoras que sustentam que há sim solução para tais questões nesses termos. Para estas, estas solução só poderia ser de fato consequente e servir à subversão do *status quo,* porém, se envolvesse o retorno a uma universalidade, seja pela abstração das especificidades evidenciadas diante da universalidade de origem ou inicial, seja pela busca de um fundamento último que dê conta dessas especificidades de maneira coerente enquanto unidade.[[4]](#footnote-3)

Encontra-se, ainda, um terceiro espectro de respostas à questão, irredutível a essas duas variações. Trataremos, neste artigo, mais especificamente dessas.

**A interseccionalidade como legado da crítica às políticas e epistemologias da identidade**

O conceito de interseccionalidade tem se tornado, dentro do campo acadêmico e político do feminismo internacional, um *hit concept* (DORLIN, 2012 apud. HIRATA, 2014: 62) – e isso especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000. Ele tem servido, como bem nota Ina Kerner

como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de “raça”, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências. (KERNER, [2009] 2012: 55)

Isso acontece embora o termo originariamente tenha sido formulado por KimberléCrenshaw para dar conta sobretudo, mas não estritamente – das experiências de mulheres negras nos Estados Unidos (idem; CRENSHAW, 1989).

Acredito que a proposta da interseccionalidade, conforme desenhada por essa autora, se localiza no terceiro espectro de respostas às antinomias da consideração, na análise, de outros recortes para além de sexo e gênero. Digo-o, porque, de um lado, Crenshaw afirma que

[o] problema mais premente (...) não é a existência das categorias, mas sim os valores particulares ligados a elas e o modo como esses valores promovem e criam hierarquias sociais. Com isso não quero negar que o processo de categorização é, em si, um exercício de poder, mas a estória é muito mais complicada e nuançada que isso. Em primeiro lugar, o processo de categorização – ou, em termos de identidade, de nomeação – não é unilateral. Pessoas subordinadas podem participar e de fato participam dele, às vezes inclusive subvertendo o processo de nomeação de maneiras empoderadoras. Basta pensar na subversão histórica da categoria ‘Black’ ou a corrente transformação do termo ‘queer’ para compreender que a categorização não é uma via de mão única. Claramente, há poder desigual, mas há, porém, algum grau de agência que as pessoas podem exercer e de fato exercem nas políticas de nomeação. E é importante notar que a identidade continua sendo um espaço de resistência para membros de diferentes grupos subordinados. (...) O construcionismo vulgar distorce as possibilidades de uma política de identidade significativa no que faz confluir pelo menos duas manifestações do poder separadas, mas estreitamente conectadas. Uma é o poder exercido pelo processo de categorização, outro é o poder de fazer com que essa categorização tenha consequências sociais e materiais (CRENSHAW, 1991: 1297).

Nisto, portanto, ela se afasta daquela primeira variação mencionada – a que nega qualquer possibilidade dos parâmetros da política e da teorização atuais servirem de base a uma solução da questão. De outro lado, há indícios de que a principal propositora da interseccionalidade também não seria favorável à mobilização de categorizações, nomeações ou identidades à maneira da segunda via a que nos referimos anteriormente – isto é, recorrendo a uma nova universalidade. O seguinte trecho o ilustra:

Devo dizer, de partida, que a interseccionalidade aqui não está sendo oferecida como uma nova teoria totalizante da identidade. Também não quero sugerir que a violência contra a mulher de cor pode ser explicada apenas pelos moldes da raça e do gênero aqui considerados. De fato, fatores que abordo apenas parcialmente e que sequer abordo, tais como classe e sexualidade, são com frequência tão cruciais quanto aqueles na moldagem da experiência das mulheres de cor. Meu foco nas interseccionalidades de raça e de gênero só destaca a necessidade de uma abordagem das múltiplas bases da identidade, quando se considera como o mundo social é construído. (id. ibid.: 1245).

Crenshaw mencionaria, ainda, sua “insatisfação com a ideia de que ‘a real questão’ é raça ou gênero, justapostos de maneira inerte” (id. ibid.: 1283). O mesmo valeria para a apresentação da discrepância entre esses e outros recortes – enuncia-la enquanto uma diferença inerte não valeria; o crucial é, em lugar disso, afirmar, em cada caso, “que diferença sua diferença faz” (id. ibid.: 1298).

Seria possível cumprir com esses princípio conferindo privilégio analítico e político àqueles que estão relativamente mais marginalizados dentro das próprias minorias consideradas em um caso (CRENSHAW, 1989: 167). Chegar-se-ia, assim, a um resultado que, embora tome a forma de uma identidade, o faria no sentido de uma identidade fortemente informada pela ideia de coalisão (efetiva ou, no mínimo, potencial) (CRENSHAW, 1991: 1298).

Ora, se por um lado sua proposta político-analítica inclui, de fato, uma solução nominalmente associada à noção de identidade, por outro, a emergência do conceito de interseccionalidade está, em realidade, envolta em um complexo circuito de críticas às políticas e às teorias da identidade (CRENSHAW, 1991). Recuperar os debates a esse respeito que ocorreram à época de sua gênese poderia não apenas oferecer os meios de uma melhor compreensão do que envolve a mobilização do conceito de interseccionalidade na análise e na prática política – isto é, evidenciar qual é o seu conteúdo proposicional e quais são as consequência de seu uso –, mas também trazer à luz a noções alternativas à sua e contribuir para o novo circuito de debates que se tem inaugurado em torno dele. É o que faremos aqui.

É certo que um tal mapeamento se beneficiaria tanto mais quanto mais completa fosse a cadeia de eventos significativos por ele contemplada. O que proponho aqui é, no entanto, um exercício de mapeamento parcial (e que deve ser estendido no futuro).

**A diferença no feminismo norte-americano contemporâneo**

Um primeiro passo para selecionar os textos sobre nos debruçaríamos nesta ocasião permitiu que o pano de fundo desses debates fosse mapeado da seguinte forma. Trata-se, certamente, de um mapeamento provisório e bastante genérico – há que se notar.

Parece que houve, do fim dos anos 1960 até a entrada na década de 1980, uma tendência no feminismo acadêmico norte-americano de dar foco a uma noção de diferença que se apoiava sobretudo na percepção de um hiato radical especificamente entre mulheres e homens (FRASER, 1996: 198, 200; DE LAURETIS, 1988: sp; ver também COSTA, 2002: 79-80; HOLLANDA, 1994: 14). Tal diferença figuraria ali ora como obstáculo a ser superado no sentido de uma equalização (linha argumentativa que teria predominado sobretudo na década de 1960) (FRASER, 1996: 199-200), ora – o que era proposição mais comum do fim da década de 1970 (id. ibid.) – como suporte efetivo ou possível para demandas de equidade seja no sentido do acesso ao que é hegemonicamente valorizado, seja no sentido da subversão do que é hegemonicamente valorizado (LAURETIS, ibidem; FRASER, ibidem). [[5]](#footnote-4)

Sobretudo a partir dos anos 1980 – periodização sobre a qual nos deteremos com mais cuidado viriam ocupar o centro dessa cena feminista norte-americana grupos que, à diferença daqueles, parecem radicalizar o interesse em se pensar *a diferença no gênero e/ou para além dele* (FRASER, 1996: 200; ver também COSTA, 2002: 79-80).[[6]](#footnote-5) Aqui, é reconhecível um movimento que faz com que as mulheres deixem de aparecer apenas como “diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher” (LAURETIS, [1987] 1994: 207), seja ontológica, seja analiticamente, e que passa a compreendê-las como “sujeito[s] constituído[s] no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual” (id. ibid.). Na esteira disso, começa a ser desenhado um interesse explícito por pensar “diferenças de intersecções múltiplas” entre mulheres e nelas próprias, bem como em pensar a relação disso com o que seriam camadas de subordinação irredutíveis ao gênero (raça, classe, idade, religião, nacionalidade, etc.) (FRASER, 1996: 198, 202; ver também COSTA, 2002: 79-80). Eis o ponto de sua conexão provável com o conceito de interseccionalidade.

Dentre os trabalho pioneiros dessa segunda leva, destacam-se as obras de feministas negras (Cf. Combahee River Collective, Barbara Smith, bell hooks, Algela Davis, Audre Lorde, Deborah King); de feministas que se debruçam frequentemente sobre os tema da raça e da pós-colonialidade, que se reivindicam como sendo de cor (Gayatri Spivak, Gloria Anzaldúa, Cherríe Moraga e, mais tarde, Maria Lugones) ou não (Cf. Elizabeth Spelman, Sandra Harding, e, novamente, Teresa de Lauretis); de feministas que tematizam fortemente a sexualidade e, em especial, a lesbiandade (Cf. Adrienne Rich, Monique Wittig e Judith Butler, além de, novamente, Barbara Smith e Audre Lorde), – há que se notar que Kristeva, Riley, Spivak, e Butler figuram, ainda, ao lado de Diana Fuss e, mais tarde, Chantal Mouffe e, novamente, Joan Scott, como nomes relevantes do feminismo pós-estruturalista – e, ainda, os trabalhos de feministas classificáveis como socialistas, como Donna Haraway, Iris Marion Young e, novamente, Mouffe e Wittig. Vale mencionar que Spelman e Haraway são conhecidas também por tematizarem exemplarmente a conexão entre o sexo, gênero e não-humanos e que Haraway e Harding e Butler são bastante influentes nas leituras de crítica à epistemologia moderna.

Apostando em que o diálogo interno ao feminismo negro, ao feminismo descolonial, ao feminismo lésbico e ao feminismo socialista sejam bem mais dependentes de referentes mútuos que ainda me são pouco acessíveis, opto por selecionar, o seguintes trabalhos:

Em primeiro lugar, examinaremos certo texto de Sandra Harding, publicado originalmente em 1986. Esse artigo enfrenta a questão da identidade como problema teórico e político de maneira bastante explícita. É o tema fundamental do artigo. Cita-se ali com frequência Haraway como interlocutora privilegiada para o debate, outra autora que figura com destaque na produção do período que aqui consideramos. Haraway será a autora do terceiro texto que seleciono para análise - um artigo seu de 1988 que foi, por sua vez, redigido explicitamente como resposta a Harding. Antes, porém, veremos certa proposta de Teresa de Lauretis para a compreensão do mesmo problema, proposta essa que, embora não figure entre as referências de Harding, é explicitamente relevante para a de Haraway. Nesse caso, veremos sobretudo o que de Lauretis diz em sua introdução a uma coletânea de 1986 - ocasião em que fará um proposta positiva sobre como lidar com as diferenças no feminismo que ultrapassam o gênero e em que sua interlocução com Haraway é evidente. Ao fim, examinaremos uma proposta sobre o mesmo tema feita em 1990, por Butler, que é também citada no referido artigo de Haraway e que, no texto que consideraremos, é informada por um vasto conjunto de referências comuns a ela, como também a Harding e de Lauretis. Seus parentesco talvez se denuncie, ainda, nas similitudes de sua estrutura de argumentação com as de Harding e Haraway – sobretudo no que tange à apresentação de seus adversários.

Creio que tais propostas nos interessariam especificamente entre a multitude de textos da época nos quais que seria possível traçar a abordagem dessa mesma temática porque eles são sistematizações genéricas, explícitas e sumárias dessas questões que eram, e que seguem sendo, enfrentadas pelo feminismo acadêmico e extra-acadêmico e que se espraia dos EUA para o mundo, em parte em função das afinidades com as dinâmicas das lutas feministas nesses outros ambientes, em parte em função de sua força enquanto discurso hegemônico na globalização desigual. Tais textos são, ademais, relevantes para o contexto latino-americano dessa discussão, dado que circulam em duas das revistas especializadas em estudos feministas e de gênero mais lidas na academia da região. Não proponho que eles sejam suficientes para o mapeamento do debate, mas acredito que sejam um ponto de partida apropriado e profícuo.

 **Harding e as dissonâncias na solidariedade**

Diante das continuadas polêmicas a respeito do valor que teria a ciência, enquanto produtora de conhecimento confiável ou não, para a prática feminista, Sandra Harding reconhece, nas posições de recusa radical e de capitulação radical a isso, o compartilhamento de uma suposição universalizante que ela mesma muito desaprova. Tal suposição seria a de que se deve lidar com a relação entre o saber e o poder estabelecendo regras que ou afirmem ou recusem a possibilidade de conhecer algo como se esse algo tivesse, definitivamente, uma só estrutura (HARDING, 1993: 18-19).

Em seu *A instabilidade das categorias analíticas*, a filósofa norte-americana frisa que, a seu ver, muito mais adequado do que optar por uma ou outra daquelas posições, é se desfazer da ansiedade por formular descrições e explicações definitivas, bem como se desfazer da “fidelidade ao princípio de que a coerência teórica é um fim desejável por si mesmo e a única orientação válida para a ação” (id. ibid.: 13). Melhor seria voltar a atenção para a instabilidade das categorias de análise e dos esquemas teóricos que as envolvem (id. ibid.: 11) e, nisso, enxergar os “parâmetros de dissonância” (idem) entre novos e antigos esquemas e categorias. Tais parâmetros de dissonância lhe interessam, porém, não na medida em que permitem resolver questões, mas na medida em que servem de recursos para o pensamento e para a prática política (ibidem). Seria, afinal, no “desconforto” (id. ibid.: 13) da percepção e da exposição de indeterminações, e não em sua forma acabada, que a crítica vinha contribuindo para o feminismo avançar (id. ibid.: 12).

Diante disso, sua proposta é a de que, em lugar de se buscar, como base do conhecimento e da ação política, a unidade nas experiências sociais compartilhadas, se busque uma *solidariedade* *em torno de objetivos –* e issonão para gerar diretamente, a partir disso, conceitos ou de ações políticas, mas para *a gerar uma conta, uma narrativa, de que condições produzem impasses políticos e contradições conceituais* *(*id. ibid.: 23).

Em termos de prática científica, uma tal situação de solidariedade em torno de objetivos seria facilitada por uma organização artesanal de pesquisa, em que pequenos grupos de investigadores provenientes de um mesmo grupo social[[7]](#footnote-6) seguem suas tarefas com baixa divisão do trabalho (id. ibid.: 26-8). Uma produção nesses termos é o que permitiria que houvesse chances de se incutir nas ciências industrialmente organizadas, valores, objetivos e resultados do “feminismo e [de] outras investigações marginais” (id. ibid.: 28).

Harding não se atém, no texto em questão, ao que isso significaria para a configuração do fazer político, mas talvez possamos deduzir, dado o paralelismo que acompanha a produção do conhecimento e a política ao longo de sua argumentação, que sua proposta envolveria o fortalecimento de grupos sociais em termos de baixa divisão de atribuições.

 De todo modo, essa compreensão de que as condições criam impasses e contradições que é possível por meio da formação de solidariedade em torno de objetivos é o que poderia permitir, segundo ela, que uma diversidade grupos dominados fossem contemplados no processo de produção do saber e do poder – tanto os grupos dominados que estão incluídos na conformação do movimento feminista em determinada altura sócio-histórica, quanto os que por ventura ainda não estejam (id. ibid.:). A esta altura da produção do saber e do poder, lhe estaria claro, a esse respeito, que o gênero “é também uma classe e uma categoria racial em culturas estratificadas segundo classe, raça e gênero” (id. ibid.).

**De Lauretis e a coalisão estratégica**

 Se em Harding a questão da identidade e da diferença na política e na epistemologia feministas emerge como derivação de seu olhar sobre de debates que têm como cerne e ponto de partida a questão da ciência e do conhecimento confiável, em sua introdução à coletânea *Feminist studies*/Critical studies, de Lauretis chegaria ao tema pelo caminho inverso. A autora parte, ali, de uma preocupação que tem a prática e a política feministas como centro (Cf., p.ex., LAURETIS, 1986: 2, 7, 10-12) e o tema do conhecimento lhe surge, primeiro, como tema que importa na medida em que responde ao que tem se provado um impasse para o movimento feminista à época, e sob a forma genérica de um problema sobre a consciência, no sentido fortemente político e pessoal do termo (para além de seu sentido fortemente epistêmico) (Cf. id. ibid.: 8).

 A italiana radicada nos EUA começa sua argumentação frisando que “a história dos movimentos revolucionários deste século [i.e., do século XX] tem mostrado (...) que a consciência”, seja de si, seja a consciência de classe ou de raça, “não é o resultado, mas o termo de um processo.” (id. ibid.) Concordando com esse diagnóstico, ela insistiria em que a consciência, portanto, “jamais é fixa ou alcançada de uma vez por todas” (id. ibid.).

Tal perspectiva sobre a consciência tem como consequência, para nossa autora, uma certa noção de identidade. Dado isso, a identidade não deveria ser tida, diria ela, como uma “meta”, mas sim como

o ponto de partida de um processo, um processo de consciência de si, (...) em que se começa a saber que o pessoal é político e como ele o é, que o sujeito é materialmente en-gendrado em suas condições sociais e possibilidades de existência e como o é (id. ibid.).

Um conceito feminista de identidade assim concebido afirmaria não “uma natureza essencial de Mulher, definida biologicamente ou filosoficamente”, mas sim uma *estratégia* que é, “ao mesmo tempo, crítica prática e modo de conhecimento” e que envolve

uma reposição da noção de que o pessoal é político tal que não simplesmente equaciona os dois e os colapsa, (...) mas mantém a tensão entre eles precisamente por meio da compreensão de que a identidade é múltipla e autocontraditória (id. ibid.)

 Com essa nova compreensão da identidade, o feminismo teria realizado, a seu ver, uma “virada epistemológica” e aberto a possibilidade de “começar criando outra coisa para ser” - mais especificamente, de pensar um sujeito “*inicialmente* definido pela consciência de sua opressão” (id. ibid.: 10)

 Tendo o dito, de Lauretis passará, então, a uma proposição positiva a respeito do que caracterizaria, até o momento, o novo sujeito que vem emergindo no feminismo. Para ela,

as diferenças entre mulheres seriam melhor compreendidas como diferenças dentro das mulheres. Porque se é o caso que o sujeito feminino é engendrado através de múltiplas representações de classe, raça, linguagem e relações sociais, é também o caso (...) que o gênero é o denominador comum: o sujeito feminino é sempre construído e definido no gênero, começando pelo gênero. (id. ibid.: 14)

Tal imagem do que acontece ao sujeito feminino diante da crítica feminista da época pode ser interpretada como um tanto problemática, posto que sugere que há um limite na importância dos demais termos diante do gênero. Se por um lado, de Lauretis diria que essa salvaguarda do gênero é o que garante que “o feminismo exist[a] apesar dessas diferenças” (id. ibid.), por outro, porém, ela mesma escolheria frisar – inclusive enquanto o algo “mais importante” do que isso – que o feminismo não mais pode continuar a existir sem essas diferenças e que o novo sujeito feminino aparece, especificamente, como “espaço das diferenças, diferenças que não só sexuais, nem só raciais, econômicas ou (sub)culturais, mas todas essas em conjunto e, frequentemente, em desacordo umas com as outras.” (id. ibid.)

 Tais diferenças, ademais, embora coexistam com qualquer unidade provisória de qualquer ação politica concertada ou coalisão, não mais poderiam ter sua contradição irreconciliável colapsada numa identidade fixa (id. ibid.: 14-15). Com isso, também própria a imagem do feminismo como uma ideologia coerente precisaria, a seu ver, ser revisada (id. ibid.:15)

Se comparamos o que diz de Lauretis com o que diz Harding, no mesmo ano, nos vale notar dois pontos. Em primeiro lugar, se Harding conclui que “o gênero “é também uma classe e uma categoria racial” (HARDING, 1986: 28), reconhecendo nesses termos uma unidade, o esquema da segunda autora insiste na importância de não se apagar as particularidade de cada termo de diferença - sexo, gênero, raça, classe etc. - conciliando-as e, propondo que eles, da maneira como existem, envolvem uma contradição incontornável, inclusive o põe como uma impossibilidade. As dissonâncias que aparecem, em Harding, no momento da produção de narrativas de pessoas reunidas numa solidariedade por objetivos, parece estar, em de Lauretis, nas próprias diferenças que conformam as sujeitos epistêmicos, pessoais e políticos e suas identidades estratégicas provisórias. Em segundo lugar, a noção de processo esteja presente em ambas as propostas, e parece que não só de Lauretis, como em Harding (se bem que de maneira menos explícita) a identidade figura sobretudo como ponto de partida estratégico de um processo político.

**Haraway e a conexão parcial**

Donna Haraway, de maneira similar a Harding, denuncia a adesão feminista a “dois polos de uma tentadora dicotomia com relação à objetividade” (HARAWAY, 1995: 8).

O primeiro deles refere-se à radicalização do argumento de que todas as formas de conhecimento, inclusa aí a ciência, são construídas (idem). Essa proposição não seria, a seu ver, em si, problemática – não até que se avance ao ponto no qual se sustenta que as fronteiras internas-externas do conhecimento são, em última instância, movimentos do poder num campo agonístico, e que a verdade é, fundamentalmente, retórica (id. ibid.: 8, 10). Embora esse construtivismo radicalizado tenha, em certo momento da sócio-historia do feminismo, parecido estar afinado ao “nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica e [a] nossas versões ‘corporificadas’ da verdade” (id. ibid.: 13), ele se provaria danoso porque repõe um saber que pretende estar “igualmente em toda parte” (id. ibid.: 24); repõe uma pretensão de transcendência do saber de grande potencial fixista e dominatório, à qual o construtivismo, ele mesmo, originalmente se contrapõe.

Uma segunda atitude com relação ao tema da objetividade que a autora discrimina como sendo indesejável seria o “perfeito gêmeo invertido” (id. ibid.) da anterior. Trata-se das tentativas de manutenção de uma versão feminista da objetividade (id. ibid.: 13). Nisso, feministas se encontrariam, segundo Haraway, “perversamente conjugadas ao discurso de vários cientistas praticantes, os quais, uma vez tudo dito e feito, acreditam (...) que estão descrevendo e descobrindo coisas” (id. ibid.: 15) – ou seja, os quais, tendo participado da feitura do fato, creem que estão a descobrir algo que já se apresentava, desde sempre, enquanto tal.

Nossa filósofa e bióloga defende, alternativamente, que não se precisaria, no feminismo, de uma doutrina da objetividade que prometa transcendência (id. ibid.: 16).

O primeiro ponto central de sua proposta positiva é a noção, bastante próxima à da clássica crítica ao sujeito cognoscente iluminista indistinto e desenraizado, de que a objetividade é algo que só pode dizer respeito a uma corporificação e, portanto, a *uma perspectiva e a uma localização parciais* (id. ibid.: 21).

O segundo ponto crucial é o de que, neste caso, *a objetividade “abre, e não fecha, a questão da responsabilidade”* (id. ibid.) *pelo conhecimento produzido, justamente por ser reconhecidamente parcial e localizada*. Aqui, as perspectivas dos subjugados seriam preferidas justamente porque são as que têm menor probabilidade de permitir que se negue, após estas serem expostas à avaliação crítica semiológica ou hermenêutica, o caráter construído do conhecimento, posto que isso é, nelas, mais evidente (ou, o que dá no mesmo, menos facilmente oculto) (id. ibid.: 23).

A proposta de nossa bióloga e filósofa norte-americana é, portanto, uma alternativa ao relativismo que não passa pela totalização – isto é, pela categoria não marcada (id. ibid.). Ela passa, sim, por saberes “parciais, localizáveis, críticos”, como já vimos e – o que introduz um terceiro ponto central de sua proposta – *por saberes que são “apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”* (id. ibid.). Para ilustrar esse aspecto, a metáfora mobilizada por Haraway seria a dos variados aparatos de produção visual por tecnologias de prótese, que permite dar conta da apresentação à consciência de campos que não são de antemão objetificados (id. ibid.: 30). A solidariedade ou conexão, nesse caso, diz respeito a um juntar-se ao outro sem pretender ser o outro – ou seja, *não se procura, nisso, a posição de identidade com o objeto, mas a posição de uma objetividade pela conexão parcial, não inteira* (id. ibid.: 26).

Não é, porém, qualquer perspectiva parcial que serviria a esse propósito (id. ibid.: 24). Haver-se-ia de se ter, além disso, *uma parcialidade reconhecida e autocrítica* (a que Haraway chamará repetidas vezes de “racional”), *com abertura para “pontos de vista que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação”* (id. ibid.). Essa qualificação um tanto críptica que a autora faz é equalizada, mais adiante no texto, a “imaginação”, “visão visionária” ou “elemento fantástico de esperança por um conhecimento transformador”, em oposição ao anteriormente mencionado “racional”, à “visão objetiva” ou ao “controle rigoroso e [a]o estímulo de uma firme avaliação crítica reiterada” (id. ibid.: 24-25).

No que esse saber localizado se apoio na possibilidade de uma conexão parcial, ele envolve, também, a possibilidade, *movimento* – e que, nessa mobilidade e nessa parcialidade, esse saber, bem como o posicionamento a que ele está ligado, são pouco adequados à políticas e às epistemologias da identidade. Esse modelo de saber e posição permitira notar, ao ver de Haraway, que “‘ser’ é muito mais problemático e contingente” (id. ibid.) – tanto quando se trata de uma relocação em direção a um certo ser, quanto quando se trata da relação com o ser quando se pretende testemunhar algo a partir da posição de um “eu” (id. ibid.). Por isso mesmo, ela vem a frisar, é o eu dividido e contraditório o que pode “construir e juntar-se às conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história” (id. ibid.: 26).

No intuito de desenvolver o ponto a respeito do eu cindido, Haraway resgataria a seguinte colocação, muito ilustrativa, de Teresa de Lauretis: “as diferenças entre mulheres podem ser melhor compreendidas como diferenças no interior de mulheres” (LARETIS, 1986 apud id. ibid.). Tal proposição funciona para a sua própria proposta - se bem que as considerações de Lauretis a respeito do gênero se relativamente indiferente às demais diferenças não encontraria ecos em Haraway. Há que se considerar, ainda, que, como em de Lauretis, *essas diferenças dentro das mulheres aparecem a Haraway como sendo, frequentemente, contraditórias* e, dado que, para além disso, no seu esquema o eu nunca seria acabado ou completo, tais diferenças não poderiam, ademais, ser expressas em qualquer coisa como uma lista cumulativa (id. ibid.).

Talvez possamos dizê-lo de uma maneira mais simples. Nosso ponto é o de que para Haraway, gênero, raça, nação e classe, por exemplo, são algumas das estruturas de subjugação e de privilégio socialmente críticas, relevantes; os posicionamentos dos atores nelas, porém, – sejam eles humanos ou não, diga-se de passagem – nunca lograriam ser posicionamentos inteiros (id. ibid.) Ainda, dado que tais posicionamentos parciais e móveis produzem sempre corpos complexos, contraditórios e dado que há, entre tais corpos e as estruturas sociais discrimináveis, reciprocidade conformativa (isto é, co-produção), tal parcialidade e tal mobilidade retornariam como qualidades dessas estruturas (id. ibid.: 30).

Com isso, Haraway pretende, como Harding, privilegiar a contestação, a desconstrução e as conexões do conhecimento, em lugar de seu estabelecimento. Há, porém, certo aspecto em que as propostas das autoras se desencontram. Se para Harding, como já vimos, “o gênero é também uma classe e uma categoria racial” (HARDING, 1993: 23) e essa múltipla determinação aparece naqueles que recebam essas marcações, quer olhemos para uma delas, quer para seu conjunto; parece que, para Haraway, como em de Lauretis, a ressonância do gênero em qualquer outro marcador abstrato e vice versa não é tão sistemática e imediata. Em Haraway, isso dependeria, em maior medida, das conexões concretas em que este ou aquele ator se engaje e, diferentemente do que é o caso para de Lauretis, nada no esquema Haraway permite supor que, nessas conexões, algo no gênero necessariamente seja salvaguardado, ou que a continuação do projeto feminista dependa dessa salvaguarda. Ainda, cumpre notar que a autora, à diferença de Sandra Harding e de Teresa de Lauretis, sequer faz referência à necessidade ou utilidade de políticas e epistemologias de identidade.

**Butler e o antagonismo constitutivo**

Dois anos mais tarde, em seu *Fundamentos contingentes*, Judith Butler responderia a questões similares às de Harding, de Lauretis e Haraway, se bem que numa interlocução menos direta com essas autoras do que com referências comuns às três entre as feministas inseridas no debate à época.

De maneira bastante análoga à de Harding e à de Haraway, mas não idêntica, Butler elege como adversários nesse artigo, de um lado, a negação do sujeito pelo pós-modernismo e, de outro, o argumento de que a política e a teoria têm como pré-requisito o sujeito estável, um exterior determinante, uma pré-política ou uma não-política naturalizadas ou, para dizer o mesmo mais genericamente, um *fundamento* (BUTLER, 1998: 13-14, 16).

Em sua proposta alternativa, a filósofa de Cleveland frisaria que não clama por uma “‘universalidade’ mais concreta e internamente diversificada” ou por “uma noção mais sintética e inclusiva do universal” (id. ibid.: 17), posto que qualquer noção desse tipo seguiria sendo totalizadora e, portanto, seguiria dependendo de certa exclusão (id. ibid.:18). Em contraponto a isso, Butler sugerirá, de maneira parecida com aquela como Haraway faria, que se considere que o “eu” que efetua ações é *situado* (ou seja, que ele se refere a uma *posição*). Ela frisa, além disso, que o seu situado é constituído por sua posição ele mesmo (id. ibid.: 18-19).

Uma posição nada mais é, no esquema da autora, do que *práticas e arranjos institucionais de poder com realidade material e ideacional difusa e insidiosa* – sendo que tais materialidade e idealidade, longe de possuírem realidade independente, são igualmente produzidas e reguladas pela iteratividade de práticas e de instituições (id. ibid.: 26, 28). Nos termos de Butler, temos, portanto, que “esse ‘eu’ [que sou] não seria um ‘eu’ pensante e falante se não fosse pelas próprias posições a que me oponho, pois elas (...) já fazem parte do que me constitui” (id. ibid.: 18).

Com isso, o horizonte das ações de um sujeito não pode mais aparecer enquanto um mero campo exterior a ele e à sua capacidade de ação, posto que se revela enquanto algo que o constitui (id. ibid.: 19). Dizê-lo não significa nem recusar o sujeito (id. ibid.), nem afirmar que ele é perfeitamente determinado em sua capacidade de ação (id. ibid.: 22). De um lado, “o caráter constituído do sujeito é a própria pré-condição de sua capacidade de agir” (id. ibid.). De outro, dado que essa constituição seria processual, ela implicaria que as ações do sujeito se formam de um modo tal que seus resultados não mais podem ser supostos previsíveis (id. ibid.) – ou seja, o fato de que se reconhece que o sujeito e suas ações têm uma gênese não significa que elas tenham se feito imediatamente evidentes à análise.

Rastrear as relações que constituem o sujeito seria, em realidade, parte do que permitiria que se as retrabalhe e que se resista a elas (ibidem). “Desconstruir”, aqui, então, “ (...) abrir um termo, como [o de] sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas” (id. ibid.: 24).[[8]](#footnote-7)

Em termos de política feminista mais concreta, isso significaria, por exemplo, uma recusa de se dotar a categoria de “mulheres” de um conteúdo que suponha uma solidariedade de antemão entre os entes aos quais “mulheres” se referiria – isto é, trata-se de uma recusa de tratar uma categoria em termos de identidade – o que, alias, nunca pode ser algo meramente descritivo, sendo sempre normativo, posto que opera uma exclusão (id. ibid.) - note a distância entre essa colocação e o que propõem Harding e de Lauretis. Se um termo como “mulheres” for, porém, liberado de um referente fixo e usado enquanto “um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado” (id. ibid.: 25), ele poderia, ao ver de nossa autora, funcionar em “permanente abertura e ressignificação” (id. ibid.), preservando, valorizando e reconhecendo como o “fundamento infundado da teoria feminista” (id. ibid.) os constantes rachas a respeito dele mesmo e servindo de *lócus* de emergência de significados não antecipados.

Isso permitiria desviar-nos do potencial autoritário que haveria na adesão indiscriminada de um termo como o de “mulheres” e pela mera referência a um “fundamento” do feminismo que não seja, também, ao mesmo tempo, “um afundamento, uma contestação”(id. ibid.) que desse fôlego ao ímpeto democrático do movimento e que permitisse, não obstante o risco que está envolvido em sua abertura e mobilidade, às mulheres qualquer coisa parecida com uma “capacidade de ação” (id. ibid.)

Logo de início no texto, essa proposição, que só se apresentaria em sua completude ao fim, é associada à noção de *antagonismo constitutivo* – como modo de referir-se à contestação que acompanha sempre e necessariamente o fundamento de uma categoria (id. ibid.: 13). “A ‘identidade’ como ponto de partida”, ela insistirá, “jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista” (BUTLER, 1998, p. 35-36). No caso de Butler, parece que seria a entrega ao projeto incessante de rastreamento desse antagonismo o que prometeria, a seu ver, garantir ao movimento feminista seu predicado de movimento. Que isso seja feito sem o abandono da categoria “mulher”, por exemplo, lhe parece possível, como já vimos.

**Considerações finais - processo e contingência**

Ao contrastar essas quatro versões de alternativas ao feminismo identitário, podemos notar que, em todos os casos, os elementos da *processualidade por oposição e de contingência do saber e da política* recebem destaque. Creio que seria interessante investigar, num exercício futuro, se essa constante também figura entre os debates mais recentes a respeito.

Há, ainda, é certo, dissonâncias bastante frutíferas entre as proposta que examinamos e que vale discriminar aqui.

Para Harding, o momento privilegiado dessa processualidade por oposição e dessa contingência do saber e da política é o da produção de narrativas (verbais ou não) sobre impasses e contradições que acontecem a partir da eventual solidariedade de grupos sociais em torno de um objetivo – grupos sociais esses existentes previamente a essa solidariedade (ou seja, trata-se aqui de identidades). Ainda, como vimos, parece que essa produção de impasses e de contradições reverbera na inteireza dos agrupamentos sociais, posto que todos se relacionam.

Para de Lauretis, a processualidade por oposição do saber e da política, bem como a sua contingência, são consequência da contradição irreconciliável que haveria entre as diferenças existentes – as quais, no feminismo, poderiam ser tidas como diferenças dentro das mulheres. Não obstante essa contradição de fato irreconciliável, que determinaria que nenhuma delas fosse redutível à outra ou passível de ser posta numa unidade, identidades poderiam, a seu ver, funcionar como estratégias iniciais da política e da epistemologia.

Para Haraway, o momento privilegiado dessa processualidade e dessa contingência do saber e da política seria, de maneira próxima a Harding, a efetivação de uma conexão não-total, se bem que não entre identidades – como é o caso dessa outra autora –, mas entre perspectivas parciais, autocríticas (“racionais”), imaginativas (abertas ao imprevisto) e móveis (processuais) de atores (humanos ou não) que são internamente complexos e contraditórios, e que são estruturados por essas perspectivas, tanto quando são estruturantes delas - nisso, Haraway se aproximaria mais de Teresa de Lauretis. Tais conexões só são possíveis para Haraway, aliás, dada essa cisão e contradição interna dos sujeitos envolvidos nelas - note-se, portanto, que trata-se, aqui, também, de um processo que tem por móvel a oposição. Quanto aos efeitos dessas conexões parciais, não parece que eles ressoam nas perspectivas ou marcadores abstratos (p.ex. raça, gênero etc.) de maneira sistemática (como seria, ao contrário, o caso em Harding), mas sim de maneira bastante indexada às conexões concretas, espacio-temporalmente referidas, dos atores. Ao contrário do que é o caso para Harding e para de Lauretis, a identidade já não figura no seu esquema como um suporte necessário para a política e para a epistemologia. Também à diferença de de Lauretis, o gênero não aparece, em Haraway, como algo que precise de manter em qualquer nível imutável.

Para Butler, provavelmente em função de sua herança hegeliana, a processualidade e a contingência na epistemologia e na política seriam resultado, sobretudo, da aceitação de que qualquer estabelecimento (p.ex. o uso de uma categoria com determinado referente) é acompanhado de uma contestação do estabelecido – isto é, do estabelecimento do que é, por aquilo, negado. A processualidade do saber e da política é, portanto, aqui também, de uma qualidade oposicional. Há, em sua proposta, alguma aproximação com a ideia de encontro de identidades de Harding (é a posição do estabelecido positivo em face do estabelecido negativo o que produz movimento e contingência). Há, também, proximidade com as ideias de de Lauretis e de Haraway de que esse movimento e essa contingência são fortemente indexados ao contexto do encontro, posto que, em Butler, conforme vimos, toda ação aparece como parte uma cadeia de ações de formação não-linear, cujos resultados não são previsíveis e, considerando essa cadeia, os referentes de sujeitos ou de categorias aparecem como sendo, em última instância, diferenças indesignáveis, não totalizáveis e abertas à re-significação.

Para além de expandir, no futuro, essa imagem das sistematizações sobre o tema à época, uma sequencia relevante para esse trabalho seria a de se investigar em que medida esse acordo aqui reconhecido sobre a processualidade oposicional e contingência do saber e da política, de um lado, bem como o desacordo a respeito da reverberação sistemática ou da indexação contextual das conexões, têm ressonância com os debates que se fazem não só sob a chave da interseccionalidade, mas também da consubstancialidade (sobretudo no debate fracófono) e de nó frouxo (no Brasil).

**Referências**

BIROLI, F. (2014), O público e o privado. In: BIROLI, F; MIGUEL, L. F. (2014), Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo.

BUTLER, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, 11, pp. 11-42. (Texto original de 1990)

COLLINS, P. H. (2002), Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Routledge.

COSTA, C. L. (2002), O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu,* 19, pp. 59-90

CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *The University of Chicago Legal Forum* [S.l.: s.n.] **139**, pp.139–167.

\_\_\_\_\_\_. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color, 43 *Stanford Law Review* 1241-99. [ou In: (1994) Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). The public nature of private violence. Nova York, Routledge, pp. 93-118.]

DAVIS, A. Y. (1983). *Women, race & class*. New York: Vintage Books. Texto original de 1981)

IPEA, (2014), Rendimento mensal de todas as fontes da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo raça/cor e localização do domicílio – Brasil e Regiões, 1995 a 2014. In: Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html> Acesso 5 dez. 2016.

FRASER, N. (1996), Equality, Difference, and Radical Democracy: The United States Feminist Debates Revisited. In: TREND, David. (Ed.) Radical Democracy: Identity, Citizenship, and the State. New York, Routledge, 1996, pp. 196-208.

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* 5, pp.7-41 (Texto original de 1988)

HARDING, S. (1993) A instabilidade das categorias analíticas. *Estudos feministas,* 1, pp. 7-31. (Texto original de 1986)

HOLLANDA, H. B. (1994), Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco.

HIRATA, H. (2014), Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais . Tempo Social , Brasil, v. 26, n. 1, p. 61-73.

KERNER, I. (2012). Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo, in: *Novos Estudos CEBRAP*, 93, julho, pp. 45-58 (Trabalho original de 2009)

LAURETIS, T (1986). "Feminist studies/ critical studies: issues, terms, and contexts", IN Feminist Studies/critical studies. Bloomington, Indiana University Press, pp.1-19

\_\_\_\_\_\_\_. (1994), A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco. (Texto original de 1987)

\_\_\_\_\_. (1988) "Displacing Hegemonic Discourses: Reflections on Feminist Theory in the1980s." Inscriptions, nos. 3/4, pp. 127-144.

MARIANO, S. A. (2005). O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. Revista Estudos Feministas, 13 (3), pp. 483-505.

MIGUEL, L. F. (2014a), A igualdade e da diferença. In: BIROLI, F; MIGUEL, L. F. (2014), Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_\_. (2014b), A identidade e a diferença. In: BIROLI, F; MIGUEL, L. F. (2014), Feminismo e Política. São Paulo: Boitempo.

1. Não me foi possível, por enquanto, incluir na discussão o esquema Gayatri Spivak, conforme prometi no primeiro resumo da proposta. Peço desculpas por isso. Trata-se de um esquema muito complexo que adiciona dimensões outras ao debate, coisa que ainda não tive ocasião de cuja apresentar organizadamente. [↑](#footnote-ref-0)
2. Sobre este último ponto, sabemos, por exemplo, que “nem homens negros nem mulheres negras dirigiam suas redes familiares (...)” (COLLINS, 2000: 52) e que “homens negros empregados em ocupações de manufatura pouco-qualificadas tipicamente recebiam salários mais altos que os recebidos por suas esposas que trabalhavam no serviço doméstico, [embora], (...) porque homens negros competi[ssem] diretamente com trabalhadores brancos, eles (...) [fossem] mais vulneráveis a demissões.” (id. ibid.: 55). [↑](#footnote-ref-1)
3. Harding (1993: 10) criticaria essa posição e mencionaria Maria Lugones, Elizabeth Spelman, Jane Flax e Donna Haraway como exemplos de suas propositoras. Não creio que tal avaliação seja exata. O demonstraremos, neste artigo, no que diz respeito a Haraway. Não é de nosso escopo, neste exercício, porém, justifica-lo para as demais autoras. [↑](#footnote-ref-2)
4. Como nota Miguel (2014a: 64; 2015b: 90-91). [↑](#footnote-ref-3)
5. Além disso, talvez valha citar que obtive indícios de que os textos mais divulgados e referidos na academia à época sobre a questão frequentemente contavam com forte inspiração colhida nas críticas do sujeito marxista e psicanalítica – refiro-me, por exemplo, a correntes ligadas ao “pensamento maternal”, à “política do cuidado” ou ao “ecofeminsimo” (Cf. por exemplo, Nancy Chodorow, Carol Gilligan, Jean Bethtke Elshtain, Sara Rudick, Susan Griffrin) e a certa crítica feminista da ciência, da técnica e da epistemologia moderna e que propunha alternativas epistemológicas assentadas na particularidade do trabalho cognitivo, corpóreo e emocional feminino (Cf. Nancy Harstock, Ruth Hubbarb, Jane Flax, Dorothy Smith, Evelyn Fox Keller e Anne Fausto-Sterling, e, mais lateralmente, Teresa de Lauretis, Joan Scott e Denise Riley). Pelas vias do marxismo e da psicanálise, esses trabalhos frequentemente envolviam uma interlocução direta com os feminismos francófonos de Simone de Beauvoir (MARIANO, 2005: 484) e, mais contemporaneamente, de Julia Kristeva (HOLLANDA, 1994: 8-9) e de Luce Irigaray (id. ibid.: 12), que já introduzem fortemente nesse quadro preocupações pós-estruturalistas. É preciso pensar, ainda, qual o sentido da conexão de algumas das autoras citadas anteriormente com socióloga britânica da ciência Hillary Rose e, também, pensar como Gayle Rubin seria incluída naquela lista. Não tive meios de desenvolver esses pontos até o momento, porém. [↑](#footnote-ref-4)
6. Quando se aponta a passagem daquele debate centrado na diferenças entre homem e mulher para esse segundo movimento, trata-se, aqui, certamente de uma trama abstrata e simplificada da trajetória do debate, como a própria Fraser não tardaria em qualificar (1996: 199) – ou, como o diz ainda muito elegantemente Teresa de Laurentis, trata-se de “uma trama mínima e fragmentária do tipo auto-reflexivo (...) do tipo que procura limitar [undercut] a narrativa e expor a sua própria dependência com relação à narratividade”(, 1988: sp.) [↑](#footnote-ref-5)
7. Harding se referirá a sua proposta explicitamente como sendo “separatista”. [↑](#footnote-ref-6)
8. Ou, em outros termos: “pôr um pressuposto em questão não é o mesmo que o suprimir; antes, é libertá-lo de sua morada metafísica a fim de ocupar e servir objetivos políticos muito diferentes” (id. ibid.: 26). [↑](#footnote-ref-7)